

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20.030-080 - Rio de Janeiro/RJ

Rua da Quitanda, 30 - 11º andar - Centro - CEP: 20011-030 - Rio de Janeiro/RJ

Mudança no Regimento da RFB: debate não pode ficar restrito à reestruturação no Rio



Reunião na Derat debate reestruturação. A DS/Rio promoveu discussões do tema também na Defis e na Deinf, as outras unidades atingidas pelas mudanças

O novo Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, quando publicado, criará as condições para a reestruturação da área de Tributos Internos no Rio de Janeiro. A extinção da Derat, Defis e Deinf e a criação das novas unidades tem dominado as atenções dos colegas, mas o debate sobre a reforma do Regimento precisa ir além, já que esta é uma oportunidade para recuperar a plenitude das atribuições dos AFRFB e remover o lixo normativo. *Página 3*

Conselho Curador do Jurídico vai avaliar erros nas ações dos 28,86%

Os erros já detectados em 88 processos relativos aos atrasados dos 28,86% — a maior ação do Sindifisco Nacional — serão analisados pelo Conselho Curador do Jurídico do sindicato. As falhas foram detectadas pela DS/Rio, que vem realizando o acompanhamento dos processos, e comunicadas à DEN e ao CDS. *Página 6*

Balanco positivo

Após um ano e meio na linha de frente, o ex-superintendente adjunto da 7ª RF José Carlos Sabino Alves avalia a oxigenação da RFB a partir da posse da ex-secretária Lina Vieira e considera a experiência bem sucedida. “Mudanças são sempre bem-vindas. Espero que na RFB elas não aconteçam apenas de 15 em 15 anos”. *Página 5*

Desafios e oportunidades

Este é o primeiro número do *Agente Fiscal* lançado desde a efetiva unificação das entidades dos AFRFB. O veículo jornalístico que se consolidou como porta-voz da DS/Rio do então Unafisco quer acompanhar a categoria no desafio de se renovar e crescer a partir do encontro de experiências e de culturas resultante da unificação.

Desafio que, aqui no Rio de Janeiro, não veio sozinho: desde os primeiros dias do ano, os AFRFB discutem acaloradamente a proposta de reestruturação da área de Tributos Internos. Há incertezas, há falta de informação, descontentamentos. Mas a DS/Rio encara essas mudanças também como uma oportunidade de a categoria opinar e contribuir com o aperfeiçoamento da nossa instituição. E alerta que a reforma no Regimento Interno da RFB — condição prévia à reestruturação — vai muito além da extinção e criação de unidades: as atribuições dos AFRFB e a remoção do lixo normativo são pontos fundamentais na mudança e devem ser tema de debate nacional na categoria.

Mas só uma entidade profundamente sintonizada com a categoria tem condições de pautar temas tão relevantes e encontrar eco nos colegas. E a sintonia com os AFRFB é a prioridade da DS/Rio: queremos estar presentes nas repartições discutindo reestruturação, condições de trabalho, o dia-a-dia de ativos e aposentados. Seja denunciando e cobrando as necessárias reformas no Palácio da Fazenda, seja oferecendo orientação jurídica a nossos filiados, por meio de plantões, seja contribuindo para a integração e a confraternização entre colegas.

Você vai conhecer um pouco mais dessas atividades nesse número (re)inaugural do *Agente Fiscal* e na nossa comunicação cotidiana, outro aspecto da gestão que buscaremos fortalecer e diversificar.

Boa leitura a todos.

Diretoria da Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional no Rio de Janeiro

Aposentados presentes

Trabalho parlamentar, estudos técnicos e articulação com a sociedade: os auditores-fiscais aposentados já têm tradição em contribuir com o trabalho sindical da categoria em áreas estratégicas e a DS/Rio quer resgatar a presença dos colegas mais experientes nas atividades sindicais em 2010. Como destaque, o trabalho em torno das matérias de interesse específico desse segmento atualmente em tramitação no Congresso Nacional, como a PEC 555, que extingue a cobrança previdenciária de aposentados e pensionistas.

“O Sindifisco Nacional não pode prescindir da experiência e da capacidade de mobilização de seus aposentados”, enfatiza Lenine Moreira, ex-diretor de Assuntos de Aposentadorias e Pensões do Unafisco Sindical e da DS/Rio. Os colegas querem espaço para acompanhar mais de perto as ações judiciais que afetam mais diretamente o segmento. “A ação da GDAT sofreu mudanças de encaminhamento, precisamos ser informados com precisão sobre o que está acontecendo”, cobra Lenine.

Conversão de licença-prêmio

O direito do servidor público a receber em dinheiro as licenças-prêmio não usufruídas e não contadas em dobro como tempo para aposentadoria deve ser reconhecido pela administração pública. A orientação da Coordenação Jurídica do Ministério do Planejamento está expressa no Parecer MP/Conjur/SMM Nº 1654-3.16/2009, publicado em 2 de dezembro.

Em resposta a uma consulta da Advocacia-Geral da União, a Conjur/MP propõe que seja acatada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que já vem reconhecendo o direito do servidor público em ações judiciais que tratam da questão. A consulta da AGU foi motivada por “inúmeras ações judiciais” nas quais a Justiça deu ganho de causa aos servidores.

Instada pela DS/Rio a analisar o parecer e oferecer uma orientação geral à categoria, a Direção Nacional aconselhou os AFRFB que estejam nesta situação a requerer administrativamente o benefício.

O *Agente Fiscal* é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Sindifisco Nacional** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Presidente:** Aelio dos Santos Filho. **Vice-Presidente:** Maria Alice Sant'Anna Wiltshire. **Secretário-Geral:** Rosângela Dutra Weck. **Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas. **Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Binds Campos Pereira. **Diretora de Administração:** Sonia Chaves Mesentier. **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marilene de Oliveira Maron. **Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Teresa Maria da Silva Vagos. **Diretor de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Diretor de Comunicação:** Alexandre Teixeira. **Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede. **Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Terci Aires Moreira de Affonseca Reis. **Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa. **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Antonio Henrique Azevedo da Cunha. **Diretor de Atividades Socioculturais:** Regina de Fátima da Silva Caldeira Hardman. **Diretores Suplentes:** Avelino Salvador, Luciano de Moraes Rebouças e Jose do Nascimento Freitas. **Cons. Fiscal:** Lenine Alcântara Moreira, Sergio Santiago da Rosa e Armando Domingos Barcellos Sampaio. **Jornalista responsável:** Cyntia Campos (MTb 1394). **Diagramação:** Manuela Leite. **Foto:** Felipe Oliveira e Adviser Eventos. **DS/RJ:** Rua Debrét, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. **Fone:** (21)3125-3800 / 3125-3805 (fax). **E-mail:** dsrj@unafisco-rj.org.br **Site:** www.sindifisconacional-rj.org.br. Distribuição Gratuita, circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Reestruturação no Rio deve ser ponto de partida para discussão do Regimento

O processo de reestruturação da área de Tributos Internos do Rio de Janeiro deve servir de estímulo a um debate mais profundo sobre o novo Regimento Interno da Receita Federal. “É importante que a DEN estimule a participação e a reflexão dos colegas no restante do país”, propõe o presidente da DS, Aelio Santos Filho.

A DS/Rio defende que o Sindifisco Nacional volte a acompanhar de perto, a analisar e a debater com a categoria as propostas de alteração do Regimento Interno da RFB. “Não podemos esquecer que neste debate estão em pauta questões essenciais que parecem esquecidas, como a retirada do lixo normativo e as atribuições dos auditores”, lembra o presidente da DS/Rio.

Em carta à DS/Rio, o presidente da DEN, Pedro Delarue, se colocou à disposição para atuar como interlocutor com a superintendência em torno da reestruturação em curso. A DS/Rio retornou o contato por telefone. Numa conversa com o vice-presidente nacional, Lupércio Montenegro, ficou acertada uma reunião das duas instâncias para tratar da reestruturação e do Regimento Interno.

Audidores reclamam da falta de informações

As mudanças na estrutura organizacional da 7ª Região Fiscal — extinção da Defis, Derat e Deinf e criação de novas unidades — ainda causam muitas dúvidas entre os colegas. O processo vem sendo acompanhado pela DS/Rio, que tem buscado abrir canais de diálogo que permitam reverter a falta de informações sobre a reestruturação da área de Tributos Internos.

As reuniões organizadas pela DS com os auditores lotados em cada uma das unidades afetadas pela reestruturação permitiram levantar os questionamentos e reivindicações de cada setor. Representantes eleitos na Derat, Defis e Deinf também reuniram-se com a DS visando a sistematizar os pontos de consenso. Nesses encontros, a queixa unânime era sobre a falta de informações mais precisas.

A criação da Delegacia de Maiores Contribuintes (Demac) e das DRF Centro-Leste e Norte-Oeste ainda gera insegurança nos colegas, tanto em relação ao funcionamento das unidades quanto às novas condições de trabalho dos servidores. É

consenso, por exemplo, que a atual e gigantesca estrutura da Derat é uma experiência mal sucedida que deve ser objeto de modificação, mas há dúvidas se apenas três novas delegacias — duas delas DRFs com até 700 servidores — superariam os problemas decorrentes das estruturas superdimensionadas.

Localização- Nas reuniões com a categoria surgiu, em várias ocasiões, a sugestão de criação de uma quarta delegacia, assegurando estruturas mais enxutas, mas a proposta esbarra no reduzido número de cargos comissionados disponíveis na 7ª RF. “É claro para nós que o número de DAS e FG não deveria ser um fator limitante da reestruturação”, diz o presidente da DS, Aelio dos Santos Filho.

A criação de uma unidade na Barra da Tijuca também é outro ponto sempre citado pelos colegas: esta é uma reivindicação antiga de uma parcela significativa dos servidores. Entretanto, a nova DRF Norte-Oeste ainda não tem sua localização confirmada nesse bairro, podendo ser

sediada em Jacarepaguá ou no Recreio dos Bandeirantes. “A incerteza sobre o endereço da futura DRF tem atrapalhado a opção de lotação dos colegas”, atesta Aelio. A consulta sobre intenção de lotação feita pela administração da 7ª RF encerra-se em 12 de fevereiro.

Fiscalização- Outro ponto que tem causado descontentamento é a anunciada redução de 30 para 22 Equipes de Fiscalização, além do aumento do número de integrantes dessas equipes, de 10 para 14 ou 15 AFRFB. “Isso vai causar impacto no controle das ações fiscais, comprometendo a qualidade e a efetividade do trabalho”, resumiu um colega.

Também há dúvidas sobre a manutenção de equipes de Pessoa Física e de Contribuições Previdenciárias. “Especialmente no tocante à últimas, não se pode admitir mais uma redução drástica no seu contingente, já que, passados dois anos da fusão da SRF e da SRP, é notória a redução da ação fiscal previdenciária”, afirma Maria Alice Wiltshire, vice-presidente da DS/Rio.



Consenso- Embora preocupados com os pontos do projeto ainda não esclarecidos, os representantes eleitos pela Derat, Defis e Deinf, reunidos com a DS/Rio em 19 de janeiro, apontam alguns pontos consensuais. São eles:

◆ A reestruturação não deve implicar uma redução do número de AFRFB lotados na fiscalização externa.

◆ Não deve haver redução na quantidade de Equipes Fiscais e, conseqüentemente, em cada uma delas o número de AFRFB não deve ser aumentado, devendo o dimensionamento atual se estender para os demais sistemas.

◆ Estudar a viabilidade de uma quarta Delegacia, para uma melhor distribuição do quadro funcional e evitar estruturas superdimensionadas, como a atual Derat, não devendo a quantidade de DAS e FG ser uma limitação para a reestruturação necessária.

◆ A Delegacia Norte - Oeste deve ser sediada na Barra da Tijuca.

◆ Participação dos AFRFB envolvidos na reestruturação, e de sua representação sindical, para aprimoramento da proposta e definição de critérios de lotação, que devem ter como premissa o respeito à opção dos servidores.

Além de ouvir a categoria, a DS/Rio vem trabalhando para aprofundar o diálogo com a administração a respeito das mudanças, como forma de garantir que os AFRFB possam contribuir com sua experiência para aperfeiçoar o projeto. Até o fechamento desta edição, estava prevista uma reunião com a superintendente da 7ª Região Fiscal, Eliana Pólo, no dia 28 de janeiro, às 16 horas. A DS também tentava garantir um encontro com o subsecretário de Fiscalização, Marcos Vinícius Neder, que viria ao Rio proferir uma palestra, no dia 27.

Grupo de trabalho fortalece a fiscalização previdenciária

Para assegurar o fortalecimento da Fiscalização Previdenciária, a DS/Rio propôs e a Superintendência da 7ª Região Fiscal encampou a criação de um grupo de trabalho encarregado de identificar os problemas e formular soluções para o setor. A criação do grupo é conseqüência de uma reunião convocada pela DS ainda em outubro do ano passado. A equipe já está trabalhando regularmente.

“A Receita Federal está marcada por uma visão tributarista que ignora a especificidade da contribuição previdenciária, que é de natureza distinta”, afirma Luciano Rebouças, diretor da DS/Rio. Ele e a vice-presidente da DS Maria Alice Wiltshire são integrantes do grupo de trabalho.

“Um dos desafios colocados pela fusão dos fiscos é trazer a cultura previdenciária para a instituição, avalia Luciano. Ele lembra que, por ser uma contribuição cuja a arrecadação é vinculada ao pagamento de benefícios previdenciários, a contribuição previdenciária exige um tratamento diferenciado dos demais tributos administrados pela RFB. “Os fiscais oriundos da Previdência estão sendo absorvidos por uma burocracia que desco-

nhece as especificidades do nosso trabalho, que ficou mais penoso. Para piorar, as metas estão sendo aferidas da mesma maneira que as da fiscalização fazendária”.

A queda brusca no número de fiscais de contribuições previdenciárias também agravou a situação. A edição da MP 449 provocou o caos na elaboração dos autos de infração por erros e por não elaboração da GFIP. “Vivemos a insegurança para encerrar as fiscalizações, principalmente depois do advento da MP 449” atesta Luciano. Ele porém considera que a sensibilidade demonstrada pela administração da 7ª RF é motivo para otimismo. “A criação do grupo de trabalho vai nos permitir usar a experiência de quem conhece a área para identificar os problemas, formulando e implementando soluções”.

A criação do grupo de trabalho foi apresentada pela DS/Rio à DEN e ao Conselho de Delegados Sindicais, como forma de estimular iniciativas semelhantes em outras localidades, já que o fortalecimento da Fiscalização Previdenciária deve ser um desafio abraçado pela categoria como um todo. Em muitos casos os problems precisam de soluções nacionais.

Pré-Sal e RFB

Dedicado a discutir em profundidade questões de interesse da categoria e da sociedade, o Grupo Estratégico da DS/Rio reúne ativos e aposentados e tem analisado os desafios que se apresentam à Receita Federal a partir da exploração do Pré-Sal, como a adequação logística, a capacitação do quadro funcional e o investimento tecnológico.

“A RFB terá que assumir o controle de bens e serviços sob diversos regimes aduaneiros especiais. Precisar, ainda,

auditar as pessoas jurídicas que atuarão no labirinto de contratos que é o setor petrolífero”, afirma um documento elaborado pelos colegas. Atualmente a Receita já executa um complexo controle das atividades aduaneiras voltadas para o setor petrolífero por meio do chamado “Repetro”. Na 7ª Região Fiscal 30% das exportações processadas são de petróleo. Além disso, a Petrobras é o maior contribuinte sediado no estado do Rio de Janeiro.

“Torço para que as mudanças na Receita não aconteçam só de 15 em 15 anos”

Consolidar a integração pós-fusão dos Fiscos na 7ª Região Fiscal e reestruturar a área de Tributos Internos do Rio de Janeiro. O desafio traçado pela atual administração regional é ousado, mas ousadia é uma das condições essenciais a quem quer fazer as mudanças há muito reclamadas pela instituição. É assim que o AFRFB José Carlos Sabino Alves define a missão de toda a equipe da atual superintendência, equipe da qual acaba de se desvincular para buscar novos desafios.

José Carlos esteve na linha de frente do que a categoria consagrou como “os novos tempos da RFB”, inaugurados com a posse da ex-secretária Lina Vieira, em agosto de 2008. Como superintendente adjunto da 7ª RF, cargo que ocupou até novembro/2009, e depois como assessor da superintendência, até a penúltima semana de janeiro, ele pode contribuir para implantar parte de um projeto que considera essencial para a oxigenação e aperfeiçoamento da Receita. “Foi um processo rico. Mudanças são sempre bem-vindas. Espero que na RFB elas não aconteçam apenas de 15 em 15 anos”.

Fusão e integração- Um dos maiores desafios da nova administração, na avaliação de José Carlos, tem sido fazer valer a unificação dos Fiscos na 7ª RF. “A integração ainda não está completamente consolidada, mas temos avanços a comemorar”, pondera. Um primeiro passo era reunir fisicamente os servidores oriundos da Previdência e da Receita. Embora ainda haja cerca de 100 AFRFB trabalhando em um prédio do INSS, em Vitória(ES), ele considera que o processo tem caminhado para uma solução. “Colocar os colegas trabalhando no mesmo espaço tem uma

função prática, mas também um forte peso simbólico”.

Ele, porém, reconhece que a construção da síntese entre as culturas pré-fusão é um processo que demanda tempo. “Não vai ser de uma hora para a outra que vamos constituir um corpo único. O trabalho iniciado na administração anterior não foi concluído, apesar da propaganda. Muita coisa está por fazer. Ele lembra que se quer os sistemas do Serpro (Receita) e Dataprev (Previdência) estão completamente integrados.

Respeito à cultura- Mas ele destaca que uma das grandes preocupações da atual administração da 7ª RF foi respeitar a cultura previdenciária, evitando a noção de que os auditores oriundos da Previdência tivessem sido “absorvidos” pela RFB. “Ao mesmo tempo em que evitamos ter salas segregadas, separando entre ‘previdenciários’ e ‘fazendários’, temos procurado valorizar e assimilar toda a experiência bem sucedida dos colegas que vieram da SRP”.

Ele cita como exemplo a criação do Grupo de Trabalho da Fiscalização Previdenciária (veja página 4), criado a partir de uma proposta da DS/Rio para discutir problemas e apontar soluções para a área. “Queremos assegurar a excelência do trabalho em todos os setores”.

Reestruturação- A 7ª Região Fiscal tem 4200 servidores (cerca de 1800 AFRFB). Um quarto deste contingente está lotado na Delegacia de Administração Tributária do Rio de Janeiro, a Derat. “Por seu gigantismo, esta é uma unidade muito difícil de administrar”. Mas ele revela que solucionar este nó não foi a única inspiração da reestruturação em curso na área de Tributos Internos do Rio de Janeiro. Ele conta que as mudanças fa-



zem parte da necessidade de aperfeiçoamento da RFB para melhor cumprir sua missão institucional.

Tanto que as mudanças começaram na Divisão de Assuntos Aduaneiros (Diana), onde alterações normativas, reforço na equipe e uma nova administração visaram a aperfeiçoar ainda mais o setor, que é fortemente marcado pelas operações relativas ao setor petrolífero. Agora, teria chegado a vez dos Tributos Internos. “Apesar do esforço e da coragem da delegada da Derat — que chega a responder a uma média de 40 mandados de segurança diários — o modelo de trabalho estanquizado não funciona. As delegacias completas nos asseguram a manutenção de uma visão integrada do contribuinte”.

Ao encerrar sua participação nesta administração, José Carlos Sabino faz um balanço positivo da experiência e considera que a passagem de Lina Vieira pelo cargo de secretária foi um sopro de ar fresco sobre a instituição. “Depois de 15 anos de uma quase fossilização, de uma linha de administração que parecia ter se apropriado da Receita Federal e desconhecia a contribuição dos servidores e de todas as décadas anteriores, foi muito bom ver uma direção disposta a integrar o conjunto do corpo funcional na elaboração da rota que a instituição precisa seguir”, conclui.

DS/Rio alerta DEN e CDS sobre erros nos processos dos 28,86%

Na reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) de novembro último, a DS/Rio apresentou um extenso e detalhado relatório, no qual estavam apontados possíveis erros detectados na mais vultosa demanda judicial do Sindifisco Nacional, os processos de 28,86% oriundos do Unafisco Sindical.

Nesse mesmo CDS, propusemos – e o colegiado aprovou – a prorrogação dos trabalhos do Conselho Curador do Jurídico do antigo Unafisco, exatamente para permitir um acompanhamento mais próximo dos problemas dessas ações. O representante da 7ª Região Fiscal nesse Conselho Curador, Luiz Fernando Del Penho, informou que o assunto tem sido pautado naquele fórum e que, no último encontro, ficou decidido que o escritório de advocacia Martorelli e Gouveia Advogados deverá apresentar as petições e sentenças relativas aos processos dos 28,86% para análise dos conselheiros, que deverão se reunir em breve com os advogados.

Histórico – Pesquisando os Diários Eletrônicos de Justiça do STJ e do STF, a DS/RJ verificou que em vários processos havia decisões negando o seguimento de Agravos de Instrumento (veja Box) por não terem sido juntados documentos essenciais. A diretoria da DS/Rio enviou, então, questionamentos à Diretoria Executiva Nacional (DEN) e, posteriormente, apresentou o citado relatório na reunião do CDS.

Nesse relatório, eram identificados 88 processos com falhas – 55 no STF e 33 no STJ. Considerando que são 10 exeqüentes por processo e que em 13 casos havia repetição do mesmo grupo nas decisões dos dois tribunais, tinha-se o total de aproximadamente 750 associados com potencial prejuízo em suas ações.

Convocados pela DEN, os advogados da causa compareceram ao CDS e elogiaram “o trabalho de fôlego que a Delegacia Sindical do Rio de Janeiro fez, fiscalizando o andamento dos pro-

cessos.” Entretanto, reconheceram o erro do escritório em apenas três processos, afirmando que, em muitos casos, as falhas seriam de responsabilidade dos tribunais. Disseram, ainda, que esperavam reverter as decisões negativas nos Agravos de Instrumento por meio dos Agravos Regimentais que estavam sendo interpostos contra as mesmas.

O fato novo e preocupante é que a DS/Rio detectou recentemente que 5 desses Agravos Regimentais já foram julgados no STJ e, em todos os casos, as decisões foram unânimes e contrárias ao nosso recurso.

Consideramos que a DEN – cujo departamento jurídico é o responsável pelas ações – precisa apresentar o seu relatório sobre a situação, assim como as providências que estão sendo tomadas e os resultados dessas medidas. Até para que possa expor a sua perspectiva sobre o futuro das ações e tranqüilizar os milhares de AFRFB envolvidos.

Seguro não cobre potencial prejuízo

Quando da substituição do antigo patrono das ações dos 28,86% pelo atual escritório de advocacia, no final do ano de 2008, uma vantagem anunciada era o seguro de responsabilidade civil que o novo escritório contrataria para cobrir eventuais prejuízos aos exeqüentes em decorrência de erros processuais. Assim, a existência de tal seguro foi colocada como condição indispensável para a contratação, exigência que seria satisfeita pelo novo escritório, segundo as considerações da DEN à As-

sembléia Nacional de 9 de dezembro de 2008.

Contudo, no CDS de novembro de 2009, os advogados revelaram que o tal “seguro” cobre apenas o valor entre R\$ 2 milhões a R\$ 4 milhões por evento anual, valor infinitamente inferior ao potencial prejuízo. Afirmaram ainda que a verdadeira garantia seriam “os honorários de êxito do escritório”, que, entretanto, também não são suficientes, se considerarmos apenas os erros até agora identificados.

Agravo de Instrumento- Recurso jurídico que vem sendo interposto junto ao STJ e ao STF contra a decisão do TRF 5 de não acatar recursos contra as suas sentenças, que têm, majoritariamente, reduzido o percentual de reajuste pleiteado de 28,86 para 2,2%.

Agravo Regimental – Recurso contra as decisões monocráticas nos Agravos de Instrumento, para apreciação colegiada.

Entidades representam ao Ministério Público do Trabalho para garantir segurança no MF

Pela garantia do direito à vida e do direito social à segurança no ambiente de trabalho, ambos assegurados pela Constituição Federal, as entidades representativas das categorias de servidores lotados no edifício sede do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, ingressaram com uma representação ao Ministério Público do Trabalho, para que seja feita uma avaliação criteriosa das condições de segurança no Palácio da Fazenda.

A DS/Rio, o Sinprofaz (procuradores da fazenda), o Sindireceita (analistas), a Auditar (auditores do TCU) e o núcleo de base do Sintrasef querem garantias de segurança para os cinco mil servidores que trabalham no prédio. Em novembro, a economista Cristina Piranda morreu após cair no poço de um dos elevadores.

O acidente fatal comoveu e revoltou os servidores, que realizaram duas manifestações de protesto, liderados por suas entidades. Mas a pre-

cariedade das instalações tem feito outras vítimas. “Eu posso dizer que tive sorte, porque não morri”, conta Isabel Cristina Nijaiame, lotada no CAC Centro. Em agosto de 2008, ela foi atingida na cabeça e na mão direita por uma placa de madeira que despencou do forro do teto, de uma altura de 4 metros. Isabel ficou 20 dias afastada do serviço e o acidente deu origem a um processo por acidente de trabalho e outro por dano moral.

O Palácio da Fazenda apresenta rachaduras nas fachadas, infiltrações e deformações nas lajes — constatadas pelo Conselho Regional de Engenharia em setembro de 2008 — e sequer tem certificado do Corpo de Bombeiros, já que não atende às exigências mínimas de segurança para funcionamento, conforme vistoria realizada em 2006. As escadas de incêndio estão trancadas em alguns andares e a sinalização de segurança é inadequada.

Risco permanente- Construído em 1943, o Palácio da Fazenda abriga hoje milhares de equipamentos elétricos e eletrônicos, sem um estudo de impacto sobre suas instalações elétricas. Só os aparelhos de ar-condicionado são 950 e a conta de energia chega aos R\$ 6 milhões mensais. Modesto, aqui, só o número de brigadistas de incêndio: apenas seis, que se revezam em turnos.

Para cuidar dos elevadores — que funcionaram sem ascensoristas durante vários meses, até o acidente que matou Cristina Piranda — apenas um “mecânico-residente”. Em 2005, um princípio de incêndio no 12º andar, onde trabalham os auditores do Tribunal de Contas da União, demonstrou os riscos: sem treinamento, os funcionários desceram todos para a escadaria principal — a última coisa a ser feita, pois, por ser aberta, a escada funcionaria como uma chaminé por onde subiria o fogo.

TCU recomendou ao MF dotação para manutenção do Palácio da Fazenda

As “precárias condições de manutenção” do Palácio da Fazenda constituem um fator de “comprometimento da segurança” e de “risco iminente” para o prédio de valor arquitetônico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. É o que afirma um acórdão do Tribunal de Contas da União, publicado em janeiro de 2008 e que recomenda ao Ministério da

Fazenda que assegure a dotação de verbas e de recursos humanos necessária à recuperação e à manutenção do edifício.

O TCU é “vítima” e testemunha da precariedade do edifício, já que suas instalações, no 12º andar do Palácio da Fazenda, sofreram um princípio de incêndio, há quatro anos. Passados quase dois anos da publicação do acórdão, as reformas necessárias

ainda não saíram do papel. Os problemas no Palácio da Fazenda vêm sendo documentados desde 2001. No ano passado, algumas reformas chegaram a ser iniciadas, mas a empresa vencedora da licitação tentou alterar o objeto do contrato e foi punida. Segundo a Gerência Regional de Administração, responsável pelo prédio, a recuperação total pode chegar a custar R\$ 80 milhões.

Plantão jurídico e assistente social: novidades da DS/Rio

Os AFRFB filiados à DS/Rio contam agora com novos serviços permanentes de orientação jurídica e de assistência social. Trabalhando em regime de plantões, um advogado e uma assistente social atendem os colegas, mediante prévio agendamento, na sede da Rua da Quitanda.

O plantão jurídico funciona todas as quartas-feiras, das 14 às 18 horas, e está a cargo do escritório Fagundes Advogados Associados. “Embora a DS/Rio não possa representar os colegas em ações judiciais — atribuição estatutária da Direção Nacional — é importante colocar à disposição do AFRFB uma orientação personalizada, que permita ao filiado tomar decisões na busca de representação, seja por meio da ação judicial coletiva ou da assistência jurídica individual”, resalta João Abreu, diretor de Defesa Profissional da entidade.

Assistência Social- Já o desafio da assistente social Léa Carneiro é traçar um diagnóstico das demandas e necessidades dos AFRFB, com o objetivo de fortalecer os vínculos entre os colegas e desses com sua entidade. Ela também tem a incumbência de intensificar a visita aos auditores aposentados e com problemas de saúde, sociais ou familiares, além de acompanhar mais de perto o ambiente de trabalho nas diversas unidades da RFB.

“Os auditores mais idosos, com saúde mais precária, tendem a perder o contato com os antigos colegas e com o sindicato. Com a contratação da assistente social, pretendemos estreitar esses laços, para que possamos apoiá-los em momentos que necessitem”, explica a diretora de Assuntos de Aposentadoria, Gláudia Mamede. Os plantões da assistência social serão sempre às terças e quintas-feiras, das 10 às 17 horas, na sede da Rua da Quitanda.

Confraternização Natalina reúne colegas

Cerca de 900 AFRFB festejaram o fim do ano numa festa na Marina da Glória, dia 10 de dezembro de 2009.

